

CONTRATO DE RATEIO Nº 27/2024

Pelo presente, de um lado, o **ESTADO DO CEARÁ**, por intermédio da **Secretaria da Saúde do Estado do Ceará**, doravante denominada **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Almirante Barroso, nº 600, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.571/0001-04, representada pelo Secretário Executivo Administrativo-Financeiro, o **Sr. Luiz Otavio Sobreira Rocha Filho**, portador do RG nº 8907002027028 SSPCE, inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, e o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ – CPSMA**, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, inscrito no CNPJ do MF sob o nº 13.044.206/0001-65, com sede na Rua José Otacílio Martins Rocha, nº 13, Campo de Aviação, Acaraú/CE, CEP: 62.580-000, neste ato representado por seu Presidente ao final assinado, Sr(a). **Ana Flávia Ribeiro Monteiro**, portador(a) da Cédula de Identidade nº 96002082246 SSP/CE e inscrito(a) no CPF sob o nº 409.768.158-40, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **Contrato de Rateio**, de acordo com os termos do Proc. nº **24001.019585/2024-75**, cadastrado na pré-reserva nº **1309281000**, o que se segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 O presente CONTRATO DE RATEIO, se regerá pelo disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art. 13 e ss. do Decreto Federal nº 6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Estadual/CE nº. 14.457, de 15 de setembro de 2009, ratificadora do Protocolo de Intenções do Consórcio Público; no Estatuto do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ – CPSMA**, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Constitui-se como Objeto do presente **CONTRATO DE RATEIO** a definição das regras e critérios de participação financeira do **CONTRATANTE** junto ao **CONTRATADO**, nos repasses devidos para o custeio das despesas de todas as atividades consorciadas, consoante a transferência do Contratante ao Contratado da gestão do **Centro de Especialidades Odontológicas - CEO de Acaraú**, Unidade integrante da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento do Consórcio Público, nos termos do Protocolo de Intenções ratificado pela Lei Estadual/CE nº. 14.457/2009 e do respectivo **Estatuto do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ– CPSMA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes de execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

24200844.10.302.171.20575.05.337170.1.500.9100000.0.3.01-23627 (Tesouro Estadual)

24200844.10.302.171.20575.05.337170.1.600.9200000.1.3.01-19980 (Recurso Federal)

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O presente contrato, que estabelece os valores representativos da cota parte do Estado no rateio das despesas do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE ACARAÚ – CPSMA** para o exercício de **2024**, com a finalidade de custear o **Centro de Especialidades Odontológicas - CEO de Acaraú**, importa na quantia global de **R\$ 2.352.511,08 (dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e onze reais e oito centavos)**, oriundo da fonte do Estado e da União.

4.2 Do valor global, **R\$ 1.089.907,08 (um milhão, oitenta e nove mil, novecentos e sete reais e oito centavos)** é oriundo da Fonte do Tesouro do Estado, no qual será destinado a título de pessoal a quantia **R\$ 653.944,24(seiscientos e cinquenta e três mil novecentos e quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)** e **R\$ 435.962,83(quatrocentos e trinta e cinco mil novecentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos)** a título de manutenção.

4.3 A parte correspondente da Fonte do Tesouro do Estado será repassada em 10 (dez) parcelas mensais. **A primeira parcela corresponderá o valor de R\$ 272.476,77 (duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos)**, sendo a quantia de **R\$ 163.486,62 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos)** destinada ao custeio de pessoal e a quantia de **R\$ 108.990,70 (cento e oito, novecentos e noventa mil reais e setenta centavos)** destinado ao custeio de manutenção, e **as demais parcelas na ordem de e R\$ 90.825,59 (noventa e oitocentos e vinte e cinco mil reais e cinquenta e nove centavos)**.

4.4 Do valor global, e **R\$ 1.262.604,00 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil e seiscientos e quatro reais)** advém de **Recursos da União**, no qual será destinado a título de pessoal a quantia de **R\$ 757.562,40 (setecentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)** e **R\$ 505.041,60 (quinhentos e cinco mil, quarenta e um reais e sessenta centavos)** a título de manutenção.

4.5 A parte correspondente do **Recurso da União** será repassada em 10 (dez) parcelas mensais. A primeira parcela destinada ao custeio de pessoal corresponderá o valor de **R\$ 315.651,00 (trezentos e quinze e seiscientos e cinquenta e um reais)** sendo a quantia de R\$ 189.390,60 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e noventa reais e sessenta centavos) destinada ao custeio de pessoal e a quantia de R\$126.260,40 (cento e vinte e seis mil e duzentos e sessenta reais e quarenta centavos) destinado ao custeio de manutenção. As demais parcelas corresponderão ao valor de **R\$ 105.217,00 (cento e cinco mil e duzentos e dezessete reais)**.

4.6 A primeira parcela poderá ser acrescida do valor de parcelas vencidas até a data do efetivo repasse financeiro para o consórcio.

4.7 As despesas decorrentes da execução deste Contrato de Rateio, conforme definido na presente cláusula, serão repassadas a partir da data da assinatura do respectivo Termo, com término em 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES, ADITIVOS E DISTRATOS

5.1 As alterações que se fizerem necessárias serão realizadas por meio de termo de aditivo ao presente contrato.

5.2 Do caráter irrevogável e Distrato

Os repasses na forma disposta na Cláusula Quarta são de caráter irrevogável até o seu cumprimento total, salvo mediante Distrato/Rescisão deste Contrato, obrigatoriamente, com anuência em Assembleia de todos os partícipes, ficando assegurado a manutenção do equilíbrio financeiro do Contrato de Programa.

5.3 Das Alterações de Valores ou Cronograma

Quaisquer alterações de valores ou do cronograma de desembolso/repasses, na forma disposta na Cláusula Quarta não serão permitidas nem promovidas, salvo disposição mediante “Termo Aditivo” e/ou outro documento que o substitua, obrigatoriamente, com anuência em Assembleia de todos os partícipes, ficando assegurado a manutenção do equilíbrio financeiro do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Repassar recursos financeiros ao CONTRATADO conforme os valores estabelecidos no presente CONTRATO DE RATEIO;

6.2 Exigir, o pleno cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO DE PROGRAMA, quando na condição de adimplente;

6.3 Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 Aplicar os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO na consecução dos objetivos definidos no CONTRATO DE PROGRAMA, observadas as normas da contabilidade pública;

7.2 Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;

7.3 Informar as despesas realizadas em face dos recursos repassados pela CONTRATANTE com base no presente CONTRATO DE RATEIO;

7.4 Os recursos repassados ao CONTRATADO poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação sejam apropriados, integralmente, pelo objeto do Contrato de Programa.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 Para os efeitos deste **CONTRATO DE RATEIO**, a vigência **inicia na data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro de 2024**, em estrita observância a legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado e nunca superior as dotações que o suportam.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, por intermédio da servidora **Pollyana Martins Pereira, matrícula nº 496061-1-7, inscrita no CPF sob o nº 546.676.153-20**, especialmente designado para tal fim, doravante denominada simplesmente GESTORA deste contrato, conforme determina o art. 117 da Lei nº.14.133/2021.

9.2. Para o acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula, compete a(o) Gestor(a), entre outras atribuições:

9.2.1 solicitar da CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

9.2.2 verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e a adequação dos procedimentos, para garantir a Programação Pactuada Consorcial;

9.3 A ação da fiscalização não exonera o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

